

20 a 24/10

INTEGRIDADE CIENTÍFICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO



Da ROSA, A. C.[1]; LIRA, C. [2]; ANDRETTI, D. L. [3]; DEOTTI, P.[4] SILVA

O presente trabalho, resultante de uma pesquisa realizada através de entrevistas e registros fotográficos, originou-se da inquietação das autoras, durante a disciplina de Extensão Diagnóstico Educacional, e teve por objetivo identificar os principais problemas de acessibilidade arquitetônica existentes em duas escolas públicas, uma do município de Sananduva e uma do município de Erechim, ambas no estado do Rio Grande do Sul. Com base nas legislações: Lei nº 10.098/2000 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146/2015 e na ABNT NBR 9050 (Normas Brasileiras)¹ em que tais normativas estabelecem critérios para garantir acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços urbanos, transporte, comunicação e serviços, promovendo a inclusão de pessoas com deficiência, idosos, gestantes, entre outros. As entrevistas foram realizadas com gestores, profissionais da área de arquitetura e engenharia civil, os quais demonstraram conhecimento das leis vigentes e reconheceram a dificuldade de se colocar as normativas em prática nas escolas observadas, citando como empecilhos, a burocracia e muitas vezes, a escassez de verbas. Nas duas escolas observou-se barreiras arquitetônicas, como portas estreitas, que impossibilitam a passagem de cadeirantes, bem como, degraus, pisos irregulares e banheiros inacessíveis, inclusive para crianças pequenas, além de corredores sem piso tátil, prejudicando a autonomia de estudantes, principalmente com deficiências, física ou cegos. A implementação de acessibilidade nas escolas novas, embora prevista, muitas vezes é prejudicada com o uso de materiais de baixa qualidade, custos elevados e demora na realização de vistorias e adequações. As propostas de melhorias incluem campanhas educativas para sensibilização, fiscalização contínua das obras, contratação de profissionais especializados e parcerias estratégicas, além de planejamento inclusivo desde a fase de projeto. A pesquisa evidencia a necessidade de investimentos em infraestrutura, maior rigor na fiscalização e maior conscientização da comunidade escolar para promover a inclusão efetiva. O diagnóstico deve orientar ações governamentais e comunitárias na garantia da acessibilidade e autonomia dos estudantes com deficiência.

¹ Norma Brasileira que estabelece critérios e parâmetros técnicos para garantir a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos; Seu objetivo principal é assegurar que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assim como idosos e gestantes possam utilizar esses espaços com segurança e autonomia.



20 a 24/10

INTEGRIDADE CIENTÍFICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO



Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Origem: Extensão.

[1] Andrea Cristina da Rosa. Pedagoga. Escola Municipal de Ensino Fundamental Gentil Antônio Tonial . Graduanda da Segunda Graduação em Educação Especial. Universidade Federal da Fronteira Sul. andreacristinarosa@yahoo.com.br

- [2] Cecília Lira. Licenciada em Letras. Pedagoga. Especialista em Leitura, Análise, Produção e Reescrita Textual. Escola Municipal de Ensino Fundamental Paiol Grande Graduanda da Segunda Graduação em Educação Especial. Universidade Federal da Fronteira Sul. cecília_lira80@hotmail.com.
- [3] Deise Lídia Andretti. Pedadoga. Especalista em Interdisciplinaridade. Escola Municipal de Educação Infantil Othelo Rosa. Graduanda da Segunda Graduação em Educação Especial. Universidade Federal da Fronteira Sul. andrettideise@gmail.com
- [4] Persila Deotti. Pedadoga. Escola Municipal de Ensino Fundamental Paiol Grande. Graduanda da Segunda Graduação em Educação Especial. Universidade Federal da Fronteira Sul. andrettideise@gmail.com
- [5] Denilson da Silva. Docente do Curso Segunda Graduação em Educação Especial. Universidade Federal da Fronteira Sul. denilson.silva@uffs.edu.b